

## **FTIGESP NEWS // Gráficas da Baixada e do ABC querem zero de reajuste salarial e PLR menor**

, 18 Setembro 2017 - 14:40:24

Apesar de conseguirem a sinalização do sindicato patronal do segmento gráfico da Baixada Santista e do ABC de que será mantida a validade da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da classe por mais um ano, as duas entidades obreiras da categoria (STIGs) dessas regiões puderam confirmar durante uma reunião na última semana com os empresários do setor que os empregados enfrentarão ataques na Participação dos Lucros e Resultados (PLR). Além disso, embora a inflação esteja baixa, os patrões deixaram claro que não estão dispostos a reajustar um único centavo do salário. A data-base da categoria é em 1º de setembro.

"O sindicato patronal foi enfático de que será zero de aumento salarial e que a PLR deve reduzir de valor", informa Jorge Caetano, presidente do STIG Santos. O dirigente, que estava presente na reunião na sexta-feira (15), conta que os empresários ainda não anunciaram de quanto será tal proposta de redução. Os sindicalistas reagiram e convocam os gráficos para se envolverem. Outra reunião será realizada nesta terça-feira (19).

Além de defenderem a manutenção de todos os direitos da CCT, logo, sem que haja qualquer redução no valor da PLR dos trabalhadores, os sindicatos não aceitaram também esta história de zero de reajuste nos salários dos gráficos. "Exigimos ao menos a recomposição salarial com base na inflação para os pisos normativos e diferenciados, bem como fórmulas de reajustes para outras faixas de salários", adianta Caetano.

Ademais, independente do processo das negociações, mesmo que até avance, os sindicalistas sabem que precisam dialogar sobre maneiras para neutralizar os efeitos negativos sobre vários direitos da convenção depois que a reforma trabalhista entrar em vigor no dia 11 de novembro. "Continuaremos dialogando com o sindicato patronal sobre o tema", dizem os STIGs. A direção da Confederação Nacional dos Gráficos (Conatig) se reuniu inclusive este mês para debater sobre a busca de meios onde as convenções possam ter cláusulas de barreiras contra esta reforma.